

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	36

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.457.000
Preferenciais	0
Total	1.457.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.989.000	1.465.000
1.01	Ativo Circulante	1.303.000	261.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	590.000	194.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	643.000	10.000
1.01.03	Contas a Receber	35.000	32.000
1.01.03.01	Clientes	35.000	32.000
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	35.000	31.000
1.01.03.01.04	Adiantamentos a fornecedores	0	1.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.000	16.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.000	9.000
1.01.07.01	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	5.000	9.000
1.02	Ativo Não Circulante	1.686.000	1.204.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	535.000	477.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	26.000	27.000
1.02.01.04	Contas a Receber	67.000	0
1.02.01.04.02	Contas a receber com operações de derivativos	67.000	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	442.000	450.000
1.02.01.07.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	442.000	450.000
1.02.03	Imobilizado	95.000	40.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.000	5.000
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	77.000	35.000
1.02.04	Intangível	1.056.000	687.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.056.000	687.000
1.02.04.01.02	Intangível	459.000	383.000
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	597.000	304.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.989.000	1.465.000
2.01	Passivo Circulante	442.000	230.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.000	13.000
2.01.02	Fornecedores	115.000	82.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.000	9.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.000	4.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.000	4.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.000	5.000
2.01.03.03.01	Impostos e contribuições a recolher	3.000	5.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	149.000	52.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	50.000	52.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	50.000	52.000
2.01.04.02	Debêntures	99.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	160.000	74.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	87.000	72.000
2.01.05.02	Outros	73.000	2.000
2.01.05.02.05	Obrigações com o Poder Concedente	2.000	2.000
2.01.05.02.07	Outras obrigações	1.000	0
2.01.05.02.09	Contas a pagar com operações de derivativos	70.000	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.923.000	625.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.906.000	609.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	593.000	609.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	593.000	609.000
2.02.01.02	Debêntures	1.313.000	0
2.02.02	Outras Obrigações	11.000	11.000
2.02.02.02	Outros	11.000	11.000
2.02.02.02.04	Fornecedores	11.000	9.000
2.02.02.02.05	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	0	2.000
2.02.04	Provisões	6.000	5.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.000	5.000
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	6.000	5.000
2.03	Patrimônio Líquido	624.000	610.000
2.03.01	Capital Social Realizado	1.457.000	1.457.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-833.000	-847.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	274.000	495.000	120.000	223.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-236.000	-390.000	-87.000	-128.000
3.02.01	Custo de Construção	-181.000	-302.000	-22.000	-24.000
3.02.02	Serviços	-18.000	-27.000	-34.000	-56.000
3.02.03	Custos Contratuais	-6.000	-11.000	-4.000	-9.000
3.02.04	Depreciação e Amortização	-4.000	-6.000	0	0
3.02.05	Custo com Pessoal	-16.000	-26.000	-16.000	-26.000
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-8.000	-14.000	-8.000	-10.000
3.02.08	Outros	-3.000	-4.000	-3.000	-3.000
3.03	Resultado Bruto	38.000	105.000	33.000	95.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.000	-38.000	-5.000	-26.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.000	-38.000	-5.000	-26.000
3.04.02.01	Serviços	-5.000	-8.000	-8.000	-13.000
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-10.000	-17.000	-7.000	-10.000
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-1.000	-1.000	-1.000	-1.000
3.04.02.05	Campanhas Publicitária e Eventos, Feiras e Informativos	0	-1.000	0	0
3.04.02.06	Reversão (Provisão) para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	3.000	-1.000	8.000	12.000
3.04.02.09	Indenização civil e trabalhista	-4.000	-5.000	-8.000	-13.000
3.04.02.10	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	9.000	-5.000	11.000	-1.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.000	67.000	28.000	69.000
3.06	Resultado Financeiro	-7.000	-44.000	-17.000	-33.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.000	23.000	11.000	36.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.000	-9.000	478.000	474.000
3.08.01	Corrente	-1.000	-1.000	-2.000	-6.000
3.08.02	Diferido	-7.000	-8.000	480.000	480.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.000	14.000	489.000	510.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.000	14.000	489.000	510.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0103	0,00961	0,85617	0,45724
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0103	0,00961	0,85639	0,4575

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	15.000	14.000	489.000	510.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.000	14.000	489.000	510.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	143.000	58.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	83.000	68.000
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	14.000	510.000
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.000	-480.000
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	6.000	0
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	128.000	35.000
6.01.01.06	Valor justo de debêntures	-40.000	0
6.01.01.13	Comissão de Fianças com Partes Relacionadas	0	3.000
6.01.01.14	Const. Líquidas de Reversões e Atual. para Prov. de Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	5.000	1.000
6.01.01.16	Capitalização de custos dos empréstimos	-14.000	0
6.01.01.18	Resultado com operações de derivativos	28.000	0
6.01.01.19	Rendimento de Aplicação Financeira	-52.000	-1.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	60.000	-10.000
6.01.02.01	Contas a Receber	-4.000	-7.000
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-14.000	-1.000
6.01.02.04	Adiantamentos a fornecedores	1.000	0
6.01.02.07	Despesas Antecipadas e Outras	4.000	0
6.01.02.08	Fornecedores	67.000	-6.000
6.01.02.09	Fornecedores e Contas a Pagar a Partes Relacionadas	13.000	14.000
6.01.02.11	Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-4.000
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-3.000	6.000
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-1.000	0
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	1.000	1.000
6.01.02.17	Pagamento da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-4.000	-13.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.028.000	-11.000
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-54.000	-3.000
6.02.02	Adições do Ativo Intangível	-394.000	-4.000
6.02.04	Resgate / Aplicações na Conta Reserva	1.000	1.000
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	-581.000	-5.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.281.000	-52.000
6.03.04	Liquidação de operações com derivativos	-25.000	0
6.03.05	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento do Principal	-27.000	-25.000
6.03.06	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento de Juros	-67.000	-27.000
6.03.07	Debêntures - Captações	1.400.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	396.000	-5.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	194.000	55.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	590.000	50.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.457.000	0	0	-847.000	0	610.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.457.000	0	0	-847.000	0	610.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.000	0	14.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.000	0	14.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.457.000	0	0	-833.000	0	624.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.088.000	0	0	-1.405.000	0	-317.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.088.000	0	0	-1.405.000	0	-317.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	368.000	-368.000	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	368.000	-368.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	509.000	0	509.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	509.000	0	509.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.456.000	-368.000	0	-896.000	0	192.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	514.000	243.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	513.000	242.000
7.01.02	Outras Receitas	1.000	1.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-376.000	-116.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-55.000	-77.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.000	-15.000
7.02.04	Outros	-302.000	-24.000
7.02.04.01	Custo de Construção	-302.000	-24.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	138.000	127.000
7.04	Retenções	-6.000	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.000	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	132.000	127.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	182.000	5.000
7.06.02	Receitas Financeiras	182.000	5.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	314.000	132.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	314.000	132.000
7.08.01	Pessoal	36.000	32.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.000	24.000
7.08.01.02	Benefícios	10.000	7.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.000	1.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.000	-451.000
7.08.02.01	Federais	23.000	-463.000
7.08.02.03	Municipais	11.000	12.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	230.000	41.000
7.08.03.01	Juros	226.000	38.000
7.08.03.02	Aluguéis	4.000	3.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.000	510.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.000	510.000

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL PANTANAL

Abril a junho de 2026

A Pantanal ("Motiva Pantanal" ou "Companhia" ou "Concessionária") é uma sociedade por ações controlada pela Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Motiva"), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações financeiras intermediárias e as comparações são referentes ao 2T25.

1.1 - Principais destaques

A Companhia foi reconhecida com o Prêmio Ypê Amarelo pelo sucesso do projeto Lixo Zero, desenvolvido pelas equipes de campo e administrativas. A iniciativa promove a destinação adequada dos resíduos gerados ao longo da BR-163/MS, contribuindo para a mitigação de impactos ambientais, como riscos de incêndios, obstrução dos sistemas de drenagem e descarte irregular de materiais na faixa de domínio. Como resultado, o projeto alcançou o expressivo índice de 98,4% de destinação correta dos resíduos gerados, consolidando-se como referência em gestão ambiental e sustentabilidade.

Em linha com o cronograma de investimentos para execução das obras, o Verificador Independente contratado pela INFRA S.A. protocolou o Relatório de Avanço Físico, apurando uma execução acumulada de 8,82%, superior à meta planejada para o período que foi acordada em comum com o Poder Concedente de 4,39%, evidenciando o comprometimento da Companhia com a melhoria da fluidez do tráfego e a segurança dos usuários da rodovia.

1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	2T26	2T25	Var. %
Receita de pedágio	99	105	-5,71%
Receitas acessórias	3	3	0%
Receita de construção	181	22	722,7%

Comentário do Desempenho

Receita bruta total	283	130	117,7%
Deduções	(9)	(10)	-10,0%
Receita líquida total	274	120	128,3%

Receita de pedágio: Houve redução de -5,71% no 2T26 frente ao 2T25, refletindo a menor movimentação de grãos destinados à exportação, em razão da queda dos volumes escoados pelos portos de Santos e Paranaguá, além do aumento dos fretes rodoviários e da maior competitividade do modal ferroviário, fatores que impactaram negativamente a receita.

Receitas acessórias: O resultado do 2T26 manteve-se estável em relação ao 2T25, sem variação no período.

Receita de construção: Nesse item estão considerados os investimentos de ampliação da capacidade da rodovia, o aumento de 722,7% no 2T26 em comparação ao 2T25, referem-se à execução das obras de ampliação da capacidade (duplicação e faixas adicionais) da rodovia objeto do termo aditivo assinado em agosto de 2025.

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	2T26	2T25	Var.%
Custo de construção	(181)	(22)	722,7%
Custos e despesa com pessoal	(26)	(23)	13,0%
Materiais, equipamentos e veículos	(9)	(9)	0,0%
Serviços de terceiros	(23)	(42)	-45,2%
Outros custos e gastos gerais	(1)	4	-125,0%
Depreciação e Amortização	(4)	-	100%
Custos e despesas totais	(244)	(92)	165,2%

Os custos e as despesas totais apresentaram um aumento de 165,2% no 2T26 em comparação ao 2T25, devido ao aumento do Item Custo de construção que impacta no totalizador do grupo de Custos e Despesas Totais.

Custo de construção: Aumento de 722,7% dos investimentos no 2T26 em comparação ao 2T25, referem-se à execução das obras de ampliação da capacidade (duplicação e faixas adicionais) da rodovia objeto do termo aditivo assinado em agosto de 2025.

Serviços de terceiros: Redução de -45,2% nos serviços de terceiros, principalmente em função dos serviços de reparo de pavimento, que passaram a ser classificados como

Comentário do Desempenho

upgrade (CAPEX) e deixaram de impactar os custos da Companhia, em razão da mudança na solução adotada para sua execução e maior durabilidade.

Custos com pessoal: Os custos com pessoal aumentaram 13,0% no 2T26 em comparação ao 2T25, aumento devido a extensão do contrato de concessão, ocasionando em novas contratações e transferência colaboradores de outras unidades.

Outros custos e gastos gerais: Aumento de 125,0% no 2T26 em relação ao 2T25, devido a atualização dos processos judiciais.

EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	2T26	2T25	Var.%
Lucro (prejuízo) líquido	15	489	-96,9%
(+) IR/CS	8	(478)	-101,7%
(+) Resultado financeiro	7	17	-58,8%
(+) Depreciação e amortização	4	-	100,0%
EBITDA (a)	34	28	21,4%
<i>Margem EBITDA Ajustado (a)</i>	<i>36,56%</i>	<i>28,57%</i>	<i>8,0 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	2T26	2T25	Var.%
Lucro (prejuízo) líquido	15	489	-96,9%
(+) IR/CS	8	(478)	-101,7%
(+) Resultado financeiro	7	17	-58,8%
EBIT (a)	30	28	7,1%
<i>Margem EBIT Ajustado (b)</i>	<i>32,26%</i>	<i>28,57%</i>	<i>4 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM n.º 156/2022;

(b) As margens EBITDA e EBIT ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro	2T26	2T25	Var. %
Despesas financeiras	(122)	(20)	510,0%
Juros sobre financiamentos e debêntures	(39)	(13)	200,0%
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(32)	(4)	700,0%
Juros e variações monetárias sobre obrigações	1	(2)	-150,0%
Perda com operações de derivativos	(60)	-	100,0%
Capitalização de custo dos empréstimos	10	-	100,0%
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	-	-	100,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2)	(1)	100,0%
Receitas financeiras	115	3	3733,3%
Ganho com operações de derivativos	33	-	100,0%
Valor justo operações <i>hedge fair value option</i>	37	-	100,0%
Rendimento sobre aplicação financeira	44	2	1366,7%

Comentário do Desempenho

Juros e outras receitas financeiras	1	-	
Resultado financeiro líquido	(7)	(17)	-58,8%

2. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

No comparativo do 2T26 e 2T25, observou-se uma redução significativa nos acidentes com vítimas feridas (-2,5%), aumento do número de mortos (16,7%), crescimento no índice de feridos (10,3%) bem como no índice de MORTOS em (41,9%). Devido o compromisso da Companhia, em consonância com o Programa de Redução de Acidentes (PRA), o qual inclui a vigilância e intervenções em pontos identificados como mais propensos a acidentes, trabalha continuamente visando diminuir tanto a frequência quanto a gravidade desses eventos quanto aprimorar a Segurança Viária.

Na BR-163/MS, a Companhia tem promovido campanhas educativas, medidas de engenharia viária e ações coercitivas desde 2014, além de intervenções específicas durante feriados prolongados e eventos como o Maio Amarelo e a Semana Nacional do Trânsito. Adicionalmente, são realizadas Micro Ações, uma inovação implementada em 2019, que consistem em intervenções rápidas realizadas pelas equipes de atendimento em pontos críticos ao longo da rodovia. Também são conduzidas palestras em empresas próximas, postos de serviços, comunidades e escolas, com suporte de sistemas inteligentes (ITS), incluindo o PMV (painéis de mensagens fixos e móveis) para divulgação de mensagens educativas em tempo real e o CFTV (circuito fechado de TV) para monitoramento da via, contribuindo para uma gestão mais eficaz das ações preventivas, aumento da segurança viária e otimização dos recursos. Todas essas iniciativas visam conscientizar a população sobre a importância da redução de acidentes.

TOTAL DE ACIDENTES	2T26	2T25	Var.%
Total acidentes	473	431	9,7%
Acidentes com vítimas feridas	154	158	-2,5%
Acidentes sem vítimas	308	261	18,0%
Acidentes com mortos	11	12	-8,3%
Vítimas feridas	214	236	-9,3%
Número de mortos	14	12	16,7%
Índice de mortos	0,036	0,025	41,9%

Comentário do Desempenho

3. Considerações finais

As informações trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

4. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("GT") sobre as informações trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas informações trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2026.

Campo Grande, 12 de agosto de 2026.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2026

A partir do 1º trimestre de 2026, houve alteração na unidade de apresentação dos saldos atuais e comparativos, que passaram de milhares de Reais para milhões de Reais.

Os saldos apresentados nestas ITRs estão expressos em milhões de Reais, arredondados para a respectiva unidade de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, para fins de submissão do formulário ITR no sistema da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que exige a inserção padronizada em milhares de Reais, os valores foram alimentados a partir dos saldos finais já arredondados em milhões, multiplicados por 1.000.

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 (“contrato de concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Neste semestre findo em 30 de junho de 2026 não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A Companhia conta com suporte financeiro da acionista controladora Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A..

1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são

Notas Explicativas

apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e., pandemia da COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

A Administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias do contrato como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Todos os bens da concessão ou investimentos

Notas Explicativas

neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Concessionária no prazo da Concessão nos termos da legislação vigente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

Estas ITRs foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

3. Políticas contábeis materiais

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas contábeis materiais e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	17	24
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	573	170
Total	590	194
Aplicações financeiras	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	643	10
Aplicações financeiras (a)	643	10
Não circulante	26	27
Conta reserva (b)	26	27
Total	669	37

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,72% do CDI, equivalente a 14,89% a.a., em 30 de junho de 2026 (100,70% do CDI, equivalente a 14,41% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2025).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas aos financiamentos (nota explicativa n.º 14).

7. Contas a receber**7.1. Contas a receber líquidas**

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	35	31
Contas a receber das operações (a)	35	31
Total	35	31

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	30/06/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	35	31
Total	35	31

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2026 Abr - Jun	2026 Jan - Jun	2025 Abr - Jun	2025 Jan - Jun
Conciliação do imposto de renda e contribuição social				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23	23	11	36
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(8)	(8)	(3)	(12)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Constituição de imposto diferido em decorrência da repactuação	-	-	486	486
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	(5)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(8)	(9)	478	474
Impostos correntes	(1)	(1)	(2)	(6)
Impostos diferidos	(7)	(8)	480	480
Alíquota efetiva de impostos	34,78%	39,13%	-4345,45%	16,07%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	536	528
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	531	523
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2	3
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	2	2
Programa de gratificação longo prazo	1	-
Compensação de imposto ativo	(82)	(78)
Impostos ativos após compensação	454	450
Passivo	(94)	(78)
Capitalização de juros	(79)	(75)
Custo de transação de financiamentos	(3)	(3)
Resultado de operações com derivativos	(12)	-
Compensação de imposto passivo	82	78
Impostos passivos após compensação	(12)	-
Imposto diferido líquido	442	450

Movimentação do imposto diferido	2026	2025
Saldos em 1º de janeiro	450	-
Reconhecimento no resultado	(8)	450
Saldos em 30 de junho	442	450

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

Notas Explicativas

	30/06/2026
2026	8
2027	21
2028	35
2029	47
2030	47
2031 em diante	373
Total	531

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, assim como as transações que influenciaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas.

	30/06/2026			31/12/2025		
Saldos	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	16	16	-	24	24
Bancos conta movimento	-	16	16	-	24	24
Passivo	86	1	87	74	-	74
Fornecedores e contas a pagar	86	1	87	74	-	74

	2026 Abr - Jun			2025 Abr - Jun		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	-	-	-	(2)	(2)
Despesas de comissão de fianças nas emissões de dívidas	1	-	1	(1)	-	(1)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(1)	(1)	-	-	-
Repasse de custo e despesas - CSC	(15)	-	(15)	(9)	-	(9)

	2026 Jan - Jun			2025 Jan - Jun		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - seguros	-	-	-	-	(1)	(1)
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	-	-	-	(3)	(3)
Despesas de comissão de fianças nas emissões de dívidas	-	(17)	(17)	(2)	-	(2)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(1)	(1)	-	-	-
Repasse de custo e despesas - CSC (*)	(32)	-	(32)	(18)	-	(18)

(*) No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 17 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora Motiva.

Notas Explicativas

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 7 de abril de 2026, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

	Diretores estatutários e não estatutários 2026 Jan - Jun
Remuneração (a)	1
Outros benefícios:	1
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	1

(a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração, diretoria não estatutária e diretoria estatutária).

Rateio de despesas com profissionais-chave

Adicionalmente ao montante de “Despesas com profissionais-chave” divulgado acima, durante o trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu despesas de PPR relacionadas a profissionais-chave da administração que prestam serviços à Companhia e à Controladora.

	2026 Abr - Jun	2026 Jan - Jun	2025 Abr - Jun	2025 Jan - Jun
Despesas e pagamentos PPR	1	3	1	2

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 3, referente às despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave.

9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas de remuneração - garantias em emissão de dívidas	30/06/2026	31/12/2025
De 0,80% a.a.	(17)	(4)
Total	(17)	(4)

Notas Explicativas

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado			Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2026	5	-	5	35	40
Adições	-	-	-	54	54
Transferências	7	5	12	(12)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	1	-	1	-	1
Saldo em 30 de junho de 2026	13	5	18	77	95
Custo	14	5	19	77	96
Depreciação acumulada	(1)	-	(1)	-	(1)
Saldo em 30 de junho de 2026	13	5	18	77	95
Taxa média anual de depreciação % Em 30 de junho de 2026	11	25			

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2025	330	1	1	332	9	341
Adições	-	-	1	1	349	350
Transferências	56	-	-	56	(56)	-
Amortização	(4)	-	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	382	1	2	385	302	687
Custo	650	13	2	665	302	967
Amortização acumulada	(268)	(12)	-	(280)	-	(280)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	382	1	2	385	302	687
Adições	-	-	1	1	375	376
Transferências	80	-	-	80	(80)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Amortização	(6)	-	-	(6)	-	(6)
Saldo em 30 de junho de 2026	456	1	2	459	597	1.056
Custo	730	13	2	745	597	1.342
Amortização acumulada	(274)	(12)	-	(286)	-	(286)
Saldo em 30 de junho de 2026	456	1	2	459	597	1.056
Taxa média anual de amortização % Em 30 de junho de 2026	(*)	20				

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 30 de junho de 2026 refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	538
Execução de obras e melhorias BR-163	490
Implantação fornecimento de barreiras	18
Pavimento flexível	11
Implantação de marginais, adequações de faixas de aceleração e desaceleração, dispositivos de segurança e sinalização, e passarelas	5
Duplicação da BR-163	3
Implantação de elementos de proteção e segurança	3
Faixas adicionais da BR-163	3
Projetos e licenciamento ambiental	3
Melhoria na infraestrutura da sede	2

Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 14 no semestre findo em 30 de junho de 2026. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi de 0,34% a.m..

12. Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	115	82
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	100	73
Cauções e retenções contratuais	15	9
Não circulante	11	9
Cauções e retenções contratuais	11	9
Total	126	91

Referem-se principalmente a contratações de fornecedores e prestações de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	12	13
Salários e remuneração a pagar	1	2
Benefícios, gratificações e participações a pagar	4	6
Encargos sociais e previdenciários	2	2
Provisão para férias e 13º salário	5	3
Total	12	13

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	30/06/2026	31/12/2025
BNDES - FINEM I (Subcrédito A e R1)	TJLP + 2% a.a.	2,2338%	Março de 2039	17	6	506	521 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,1918%	Março de 2039	3	1	97	99 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,4844%	Março de 2039	3	1	40	41 (b) (c) (d)
Total geral				8	8	643	661

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	50	52
Financiamentos	51	53
Custos de transação	(1)	(1)
Não Circulante	593	609
Financiamentos	599	616
Custos de transação	(6)	(7)
Total	643	661

Notas Explicativas

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (c) Garantia real; e
- (d) 100% aval/fiança corporativa da Motiva.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2026
2027	25
2028	51
2029	51
2030	51
2031 em diante	421
(-) Custos de transação	(6)
Total	593

A Controladora Motiva, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 30 de junho de 2026, o saldo aplicado totaliza R\$ 26.

15. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	30/06/2026
1ª Emissão - Série única	IPCA+7,3161% a.a.	(a)	Dezembro de 2030	-	-	1.412 (b)
Total				-	-	1.412

Notas Explicativas

	30/06/2026
Circulante	99
Debêntures	5
Valor justo	94
Não circulante	1.313
Debêntures	1.446
Valor justo	(133)
Total	1.412

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 20;

Garantias:

(b) Aval/fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	30/06/2026
2030	1.446
Total	1.446

A Companhia possui contrato financeiro, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado do referido contrato. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

16. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

16.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Notas Explicativas

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4	1	5
Constituição	6	2	8
Reversão	(3)	-	(3)
Pagamentos	(3)	(1)	(4)
Saldo em 30 de junho de 2026	4	2	6

16.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis e administrativos	4	3
Trabalhistas e previdenciários	2	3
Tributárias	1	1
Total	7	7

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.457, composto por 1.457 ações ordinárias e sem valor nominal.

17.2. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2026 Abr - Jun	2026 Jan - Jun	2025 Abr - Jun	2025 Jan - Jun
Numerador				
Lucro	15	14	489	510
Denominador				
Média ponderada de ações (em milhões)	1.456	1.456	571	1.115
Lucro por ação - básico e diluído	0,01030	0,00961	0,85639	0,45750

Notas Explicativas

18. Receitas operacionais líquidas

	2026 Abr - Jun	2026 Jan - Jun	2025 Abr - Jun	2025 Jan - Jun
Receita bruta	283	513	130	242
Receitas de pedágio	99	206	105	213
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	181	302	22	24
Receitas acessórias	3	5	3	5
Deduções das receitas brutas	(9)	(18)	(10)	(19)
Impostos sobre receitas	(9)	(18)	(10)	(19)
Receita operacional líquida	274	495	120	223

19. Resultado financeiro

	2026 Abr - Jun	2026 Jan - Jun	2025 Abr - Jun	2025 Jan - Jun
Despesas financeiras	(122)	(226)	(20)	(38)
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	(71)	(128)	(17)	(34)
Comissão de fianças com partes relacionadas	1	(17)	(1)	(2)
Perda com operações de derivativos	(60)	(74)	-	-
Capitalização de custo dos empréstimos	10	14	-	-
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	-	(9)	-	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2)	(12)	(2)	(2)
Receitas financeiras	115	182	3	5
Rendimento sobre aplicações financeiras	44	86	3	5
Ganho com operações de derivativos	33	46	-	-
Valor justo operações <i>hedge fair value option</i>	37	49	-	-
Juros e outras receitas financeiras	1	1	-	-
Resultado financeiro líquido	(7)	(44)	(17)	(33)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Notas Explicativas

		30/06/2026	31/12/2025
Ativo	Nível	1.361	262
Valor justo através do resultado		1.326	231
Caixa e bancos	Nível 2	17	24
Aplicações financeiras	Nível 2	1.216	180
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	26	27
Contas a receber com operações de derivativos	Nível 2	67	-
Custo amortizado		35	31
Contas a receber das operações		35	31
Passivo	Nível	(2.341)	(828)
Valor Justo através do resultado		(1.482)	-
Debêntures (a)		(1.412)	-
Contas a pagar com operações de derivativos		(70)	-
Custo amortizado		(859)	(828)
Financiamentos (a)		(643)	(661)
Fornecedores e outras obrigações		(127)	(92)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(87)	(74)
Obrigações com o Poder Concedente		(2)	(1)
Total		(980)	(566)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.451 em 30 de junho de 2026, conforme detalhado a seguir:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
Debêntures - 1ª Emissão - Série única	IPCA+7,3161% a.a.	CDI – 0,38% / CDI – 0,30% a.a.	1.451

(a) Valores brutos dos custos de transação.

20.2. Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 30 de junho de 2026, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para mitigar os riscos de inflação/juros de emissão de debêntures. Abaixo estão detalhadas as operações vigentes em 30 de junho de 2026:

Notas Explicativas

Risco	Risco coberto
Swap - risco de juros	7,3161% Debêntures - 1ª emissão - Série única

Os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Operação	Data de vencimento	Valores de Referência (Nocional)	Valores brutos contratados e liquidados	Efeito acumulado	Resultado
		Moeda Local	Moeda Local Recebidos /	Valores a receber/ a pagar	Ganho/(Perda) em resultado
		30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026
Swap - riscos de juros		1.418	(25)	(3)	(28)
Pantanal	2030	1.418	(25)	(3)	(28)
Total		1.418	(25)	(3)	(28)

20.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.3.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos e aplicações financeiras, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2027 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP	(650)	(74)	(89)	(104)
CDI	(1.415)	(193)	(242)	(292)
Efeito sobre financiamentos, debêntures e derivativos		(267)	(331)	(396)
CDI	1.261	127	158	189
Efeito sobre as aplicações financeiras		127	158	189
Total do efeito de perda		(140)	(173)	(207)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :				
	CDI ⁽²⁾	14,1500%	17,6875%	21,2250%
	TJLP ⁽³⁾	9,1300%	11,4125%	13,6950%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (3) estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 30/06/2026, divulgada pela B3;
- (3) Taxa de 30/06/2026, divulgada pelo BNDES;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 30/06/2026, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP).

21. Compromissos vinculados a concessão

21.1 Compromissos relativos à concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecido no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	30/06/2026	31/12/2025
Compromissos relativos à concessão	11.727	12.083

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenção menores não periódicas.

Notas Explicativas

21.2 Recursos vinculados

Conforme cláusula 12 do Termo Aditivo nº 06 ao Contrato de Concessão da Companhia, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

- (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo;
- (ii) compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda;
- (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente;
- (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- (v) atenuação dos impactos de Reclassificação Tarifária, em caso de saldo relevante de Recursos Vinculados;
- (vi) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão; e
- (vii) realização de ações voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao meio ambiente e à responsabilidade social, além daquelas estabelecidas explicitamente neste Contrato, e em conformidade com a regulamentação da ANTT.

Será destinado a Conta de Retenção o valor correspondente a 2% (dois por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo de concessão, podendo ser ajustado em razão da aplicação dos mecanismos contratuais e dos fatores de reequilíbrio, no âmbito da Revisão Ordinária, conforme a fórmula prevista no contrato:

Alíquota RV = D – A, onde:

- D = Fator D (desconto por inexecução das obras e serviços);
- A = Fator A (acrécimo por antecipação das obras e serviços).

Caso a alíquota seja negativa, seus efeitos incidirão diretamente sobre a Tarifa de Pedágio, conforme disposto na Cláusula 12.3.3 do Termo Aditivo.

A movimentação está demonstrada a seguir:

Recursos vinculados	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	3	-
Constituição	4	3
Saldo no fim do período	7	3

Notas Explicativas**22. Demonstrações dos fluxos de caixa****22.1. Transações que não afetaram caixa**

As transações que não afetaram caixa, nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	30/06/2026	30/06/2025
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(32)	12
Contas a receber do Poder Concedente	-	12
Fornecedores	(32)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	32	(12)
Outros de ativo imobilizado e intangível	-	(12)
Aquisições ao ativo intangível	32	-

22.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Financiamentos	Operações com derivativos	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(661)	-	(1.457)	(2.118)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(1.359)	53	25	-	(1.281)
Captações	(1.400)	-	-	-	(1.400)
Liquidação de operações com derivativos	-	-	25	-	25
Pagamentos de principal	-	27	-	-	27
Pagamentos de juros	41	26	-	-	67
Outras variações que não afetam caixa	(53)	(35)	(28)	-	(116)
Juros e variações monetárias	(93)	(35)	-	-	(128)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	40	-	(28)	-	12
Saldo em 30 de junho de 2026	(1.412)	(643)	(3)	(1.457)	(3.515)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da

Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
Campo Grande – MS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2026.

Campo Grande/MS, 12 de agosto de 2026.

NELSON SOARES NETO
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2026.

Campo Grande/MS, 12 de agosto de 2026.

NELSON SOARES NETO
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR